

ACORDO GERAL DE COOPERAÇÃO
ENTRE
A UNIVERSIDADE DE LISBOA (PORTUGAL)
E
A UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA (MOÇAMBIQUE)

A **Universidade de Lisboa**, com sede na Alameda da Universidade – Cidade Universitária – 1649-004 Lisboa - Portugal, representada pelo seu Reitor, **Professor Doutor António Cruz Serra**;

E

A **Universidade Pedagógica**, com sede na Rua João Carlos Raposo Beirão nº 135, Maputo, Moçambique, representada pelo seu Reitor, **Professor Doutor Rogério José Uthui**.

Ambas a seguir designadas conjuntamente por “Partes”;

Considerando que o desenvolvimento de relações de cooperação entre as duas instituições assume um importante papel para a prossecução dos seus objectivos, nas suas respectivas áreas e no respeito das legislações que regem a matéria;

As Partes convencionam e mutuamente aceitam estabelecer o presente Acordo de Cooperação que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Finalidade)

O presente Acordo tem como objectivo promover a cooperação entre as duas instituições com o fim de realizar, conjuntamente, atividades de índole académica, científica e cultural.

CLÁUSULA SEGUNDA

(Acções de Cooperação)

As acções de cooperação a empreender, sem prejuízo das que no futuro venham a ser definidas, abrangem as seguintes áreas:

- 2.1** Investigação e docência;
- 2.2** Cooperação técnica;

- 2.3 Projectos conjuntos;
- 2.4 Intercâmbio de pessoal académico
- 2.5 Intercâmbio de estudantes;
- 2.6 Documentação e informação.

Cada acção de cooperação estabelecida será programada e formalizada através da assinatura de um Acordo Específico ou Termo Adicional a este Acordo.

- 2.1 – **Investigação e docência** – As duas Partes comprometem-se a cooperar no domínio da investigação e docência ao nível da Graduação e da Pós-graduação.
- 2.2 – **Cooperação técnica** – As duas Partes comprometem-se a estabelecer entre si formas de cooperação no planeamento e execução de estudos e projectos nos domínios da sua especificidade.
- 2.3 – **Projectos conjuntos** – As duas Partes comprometem-se a estabelecer programas para a realização de estudos e projectos de interesse comum, estimulando a criação de equipas mistas de trabalho, de modo a constituir equipas candidatas a programas de financiamento internacional através de Acordos Específicos ou Termos Adicionais.
- 2.4 – **Intercâmbio de pessoal académico** – As duas Partes comprometem-se a promover o intercâmbio de pessoal académico visando a docência, a investigação, a assessoria ou a partilha de experiências através de Acordos Específicos ou Termos Adicionais.
- 2.5 – **Intercâmbio de estudantes** – As duas Partes comprometem-se a promover o intercâmbio de estudantes interessados em realizar estudos de Graduação, Pós-graduação ou trabalhos de investigação, concedendo-lhes, sempre que possível, bolsas, com respeito pelo princípio da reciprocidade.
- 2.6 – **Documentação e informação** – As duas Partes manter-se-ão reciprocamente informadas quanto ao desenvolvimento das ações de cooperação, enviando documentação e transmitindo os resultados de estudos anteriores considerados não confidenciais. Será incentivada a produção conjunta de documentos, nomeadamente de artigos científicos e técnicos, para revistas e reuniões científicas, decorrentes das atividades do presente Acordo.

CLÁUSULA TERCEIRA

(Propriedade Intelectual)

As actividades de investigação conjunta com resultados passíveis de serem protegidos pelos direitos de propriedade intelectual deverão estar previstas nos Acordos Específicos ou Termos Adicionais ao presente Acordo. Ambas as Universidades deverão articular-se no sentido de respeitar os respectivos Regulamentos.

CLÁUSULA QUARTA

(Financiamento)

4.1– Cabe a cada uma das instituições a responsabilidade de procurar obter os apoios financeiros necessários ao desenvolvimento das actividades previstas no presente Acordo e nos Acordos Específicos ou Termos Adicionais que serão posteriormente assinados.

4.2 – Poderão ser concedidas bolsas aos estudantes aceites em regime de mobilidade ao abrigo deste Acordo, com respeito pelo princípio da reciprocidade. O número, os requisitos e as condições das referidas bolsas serão estabelecidos anualmente, tendo em consideração as possibilidades financeiras definidas por cada instituição.

CLÁUSULA QUINTA

(Gestão do Acordo)

5.1 - A gestão do Acordo será feita por uma Comissão Coordenadora, constituída por um representante de cada uma das instituições envolvidas e pelos responsáveis de cada área de acção.

5.2 -A Comissão Coordenadora elaborará anualmente até ao final da vigência do Acordo um relatório, no qual serão relatadas as acções realizadas e propostos e avaliados os resultados das actividades.

CLÁUSULA SEXTA

(Seguros)

Todos os participantes nos programas de intercâmbio devem fornecer prova de seguro de saúde adequado e válido para o período de duração do seu período de mobilidade, de acordo com os termos a serem especificados pela instituição de acolhimento, antes do início da viagem.

CLÁUSULA SÉTIMA

(Vigência e Alterações ao Acordo)

7.1– O presente Acordo terá a duração de cinco (05) anos, a contar da data da sua assinatura, podendo ser renovado por igual período, mediante a comunicação de uma das Partes com a antecedência mínima de noventa (90) dias.

7.2– A modificação do Acordo realizar-se-á mediante aceitação expressa de ambas as Partes e requererá o mesmo procedimento usado na elaboração inicial.

7.3– No caso de resolução, ambas as instituições tomarão as medidas necessárias para evitar qualquer prejuízo para si próprias ou para terceiros, entendendo-se que as acções iniciadas deverão continuar até à sua conclusão.

CLÁUSULA OITAVA

(Anti-corrupção)

As Partes comprometem-se a não oferecer, directa ou indirectamente, vantagens a terceiros, e nem solicitar, prometer ou aceitar, para benefício próprio ou de outrem, ofertas com o propósito de obter julgamento favorável sobre serviços a prestar, nos termos da Lei nº 6/2004, de 17 de Junho.

CLÁUSULA NONA

(Resolução de Litígios)

Os eventuais litígios que surgirem na interpretação e na aplicação do presente Acordo serão resolvidos por via amigável, primeiro através da equipa dos Coordenadores e, quando a esse nível não seja possível obter o consenso desejado, a controvérsia deverá ser resolvida por um Juízo Arbitral escolhido pelas duas Partes.

CLÁUSULA DÉCIMA

(Casos Omissos)

Tudo o que não estiver previsto no presente Acordo será resolvido com recurso ao que for acordado pelas Partes signatárias, sem prejuízo das disposições regulamentares e estatutárias aplicáveis e demais legislação pertinente.



CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA

(Entrada em Vigor)

O presente Acordo de Cooperação entra em vigor a partir da data da sua assinatura, e por estarem em concordância, as Partes o celebram em dois (02) exemplares de igual teor e forma, que serão assinados e rubricados em todas as páginas, ficando um (01) na posse de cada uma das Partes.

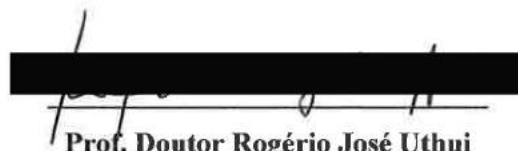
Assinado em 13 de abril de 2016

Universidade de Lisboa



Prof. Doutor António Cruz Serra
(Reitor)

Universidade Pedagógica



Prof. Doutor Rogério José Uthui
(Reitor)